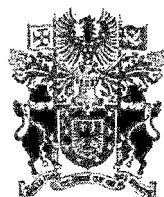


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 142/ XI

NOMEAÇÃO DO DELEGADO DE TURISMO DA ILHA TERCEIRA

PONTA DELGADA
26 DE JULHO DE 2019

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ARQUIVO

Entrada: 2202 Proc. n.º 109

Data: 01/07/2019 N.º 142/ XI



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu nos dias 26 de junho e 12 de julho de 2019, nas delegações da ALRAA em Angra do Heroísmo, Terceira e em Ponta Delgada, São Miguel, com recurso a videoconferência e procedeu à apreciação, relato e emissão de parecer, sobre o **“Projeto de Resolução n.º 142/ XI - Nomeação do Delegado de Turismo da Ilha Terceira”**.

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apresentação do presente Projeto de Resolução, emanado pelo apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, decorre da faculdade legal atribuída aos Deputados, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro), em conjugação com o disposto no artigo 114.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O Projeto de Resolução em análise cumpre todos os requisitos exigidos pelo artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro), o qual é aplicável por remissão do artigo 145.º do Regimento.

Nos termos do disposto na alínea a) do artigo 42.º do Regimento, a comissão especializada permanente deve apreciar e elaborar o correspondente relatório sobre a presente iniciativa, sendo que a matéria em apreço é da competência da Comissão Permanente de Economia.

2.º. CAPÍTULO – APRECIÇÃO NA GENERALIDADE

A iniciativa ora em apreciação visa, em concreto, propor **“que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional da Região Autónoma dos Açores que nomeie, com urgência, o Delegado de Turismo da Ilha Terceira.”**



A presente recomendação decorre, no entendimento do proponente conforme exposto no respetivo preâmbulo, do seguinte:

- Da relevância do setor do turismo na economia regional;
- Da necessidade de desenvolvimento da atratividade do destino Açores numa lógica de complementaridade entre ilhas;
- Da imperiosidade de melhorar os resultados referentes ao turismo na ilha Terceira;
- Das competências e atribuições das Delegações de Turismo;
- Do cumprimento do quadro legal vigente e conseqüente preenchimento de um lugar vago; e
- Do papel decisivo do Delegado de Turismo na coordenação do setor e na qualificação da oferta.

Diligências efetuadas:

A Comissão de Economia deliberou proceder à audição do:

- Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo;
- Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo.

AUDIÇÕES REALIZADAS

- i. **No dia 26 de junho de 2019, na Delegação da ALRAA em Angra do Heroísmo, Terceira, com recurso a videoconferência, foi realizada a audição do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo (CCIAH), Rodrigo Rodrigues.**

O Deputado Alonso Miguel apresentou a iniciativa, realçando que o CDS pretende que seja nomeado o delegado de turismo da Ilha Terceira, até porque tal faz parte da orgânica em vigor. Acrescentou que neste momento é ainda mais relevante, porque os resultados ao nível do



crescimento turístico na Terceira não são os melhores, com quedas nas dormidas, sendo esta nomeação mais um contributo para dinamizar a economia e o setor turístico da RAA.

Seguidamente, o Presidente da CCIAH disse que concordava com esta iniciativa e há dois anos atrás, o anterior Presidente da CCIAH já reivindicava a nomeação de um delegado de turismo na Terceira. Indicou ainda que há cinco Diretores Regionais do Turismo atrás, entre 2011 a 2012, a Terceira ficou sem delegado de turismo, tendo ficado no ar a ideia de que haveria uma reorganização da orgânica do Governo Regional dos Açores.

O Presidente da CCIAH referiu que, se faz parte da orgânica, deve ser nomeado o delegado de turismo na Terceira, não fazendo sentido existir delegado numas ilhas e não existir noutras. Além disso, considera que é mais importante discutir as funções que um delegado de turismo deve ter, de natureza mais técnica, não acreditando que a nomeação do delegado possa resolver o problema das dormidas na Terceira.

Depois, o Deputado Alonso Miguel esclareceu que o delegado pode fazer o acompanhamento do setor e contribuir para ajudar a corrigir alguns problemas no turismo e que estando previsto na orgânica, deve ser nomeado.

Por sua vez, o Deputado Luis Rendeiro questionou o Presidente da CCIAH se concorda com a existência de delegado de turismo e quais devem ser as suas funções, competências e atribuições. O Deputado perguntou ainda sobre o que pode ser feito ao nível de promoção turística na Terceira, se há alguma entidade que faça a promoção turística e a coordenação, quais são os pontos fortes e fracos do turismo na terceira e se a Associação ATA tem futuro.

Em relação às questões colocadas, o Presidente da CCIAH afirmou que concorda se conseguirmos descentralizar um pouco as funções da Direção Regional do Turismo (DRT), para o nível de assuntos de ilha e se os delegados tiverem funções acrescidas, bem como delegação de poder ao nível da promoção e desenvolvimento de produtos turísticos mais específicos de cada ilha.

Referiu que a DRT perdeu importância, com a retirada da função de promoção do turismo, tal como a função de delegado de turismo, considerando ser necessário pensar na descentralização das funções exercidas pela DRT, delegando funções no delegado.



Adicionalmente, o Presidente da CCI AH disse que a entidade que pode coordenar a promoção turística na Terceira é a ART (Associação Regional de Turismo), sendo que um delegado de turismo a funcionar em pleno pode ter esta função. Indicou também que a Terceira tem que organizar a oferta turística e ter um produto turístico diferente, defendendo que os empresários têm de ter iniciativa e apresentar produtos diferentes.

A seguir, a Deputada Mónica Rocha perguntou se a não nomeação do delegado de turismo tem comprometido a ação e o desenvolvimento do turismo na Terceira.

O Presidente da CCI AH respondeu que, diretamente, entende que não compromete, mas existindo um delegado deve-se potenciar todas as componentes e funções de um delegado de turismo. Considera que a falta de um delegado de turismo na Terceira pode ser responsável pela falta de organização do turismo na Terceira e não pela queda nas dormidas.

Depois, o Deputado Paulo Mendes perguntou como eram as relações entre a Câmara de Comércio e a anterior delegada de turismo da Terceira e qual foi o destino profissional da anterior delegada.

Em resposta, o Presidente da CCI AH disse que não conseguia responder, pois desconhece o tipo de relações institucionais que existiam e não sabe o destino profissional da referida delegada.

Posteriormente, o Deputado Alonso Miguel mencionou que concorda com o reforço das competências de um delegado de turismo, mas entende que não se deve menosprezar as funções e importância que já tem.

Já o Deputado Luis Rendeiro perguntou se a CCI AH conhece alguma razão para não existir delegado de turismo na Terceira e nunca ter sido extinto o cargo noutra ilha.

Por fim, o Deputado Paulo Mendes questionou se é necessário que o delegado de turismo seja um cargo de nomeação política.

Em resposta, o Presidente da CCI AH realçou que não teve intenção de menosprezar o papel e as funções de um delegado de turismo, entendendo que os cargos de delegado de turismo que existiram, na Terceira e em São Miguel, nunca tiveram a real delegação de competências prevista na orgânica, tendo tido a expectativa que o cargo fosse extinto, devido à não nomeação.



Neste sentido, defende um reforço efetivo das funções de delegado de turismo e que quer os Diretores Regionais, quer os Delegados, devam ser cargos técnicos, de carreira, e não de nomeação política.

- ii. **No dia 12 de julho de 2019, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, São Miguel, com recurso a videoconferência, foi realizada a audição da Secretária Regional da Energia (SREAT), Marta Guerreiro, que se fez acompanhar da Diretora Regional do Turismo, Marlene Damião de Medeiros.**

A Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo começou por ler o texto transcrito abaixo, ficando, depois, disponível para esclarecimentos dos Deputados.

“A criação da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo veio reforçar a orientação política de que estas três áreas da governação devem aplicar, de forma premente, o conceito de sustentabilidade ao desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, conjugando, de forma consubstanciada, as dimensões económica, social, ambiental e, até mesmo, cultural.

Com base neste pressuposto, foi concebido um projeto de orgânica para esta Secretaria Regional que materializa, eficazmente, do nosso ponto de vista, os objetivos de política definidos no Programa do XII Governo dos Açores para este departamento governativo.

Neste sentido, e de acordo com o projetado, propõe-se que a Direção Regional do Turismo prescindia de um modelo de estrutura, gestão e representatividade iminentemente territorial ou geográfica, em favor de uma lógica funcional com organização mais contemporânea, com um enquadramento que revela um distanciamento temporal, tecnológico e de acessibilidades considerável face à orgânica que agora se pretende substituir.

Com efeito, a proposta tem como base colocar ao dispor, da missão da organização, recursos com benefício de redes de comunicações (dados, voz, imagem, entre outros), reduzindo, significativamente, a expressão da localização física.

Neste sentido, o projeto de orgânica pretende refletir as orientações das organizações horizontais assentes na especialização de funções, na descentralização de responsabilidades de



decisão intermédia e, nas áreas em que tal se torne possível, na implementação da gestão por projetos.

Nesta fase de mandato em que nos encontramos, infelizmente, a implementação desta orgânica, assente nesta visão e com estes objetivos, não foi ainda possível.

Foi levado a cabo um trabalho de propositura de novas orgânicas para todos os departamentos de Governo, cuja articulação e coerência está a ser trabalhada pelos Departamentos competentes.

Assim, e não obstante a orgânica que defendemos, que assenta em princípios diferentes da atual, mas por reconhecermos a importância de uma chefia nos serviços da Delegação de Turismo da Ilha Terceira, iremos proceder de acordo com o intuito deste Projeto de Resolução do CDS/PP e nomearemos um Delegado de Turismo para a ilha Terceira, que não terá funções eminentemente geográficas, tal como acontece com os outros dois atuais Delegados de Turismo em funções, mas que não deixará de ser um quadro relevante para a atividade dos serviços da Direção Regional de Turismo da ilha Terceira.”

A SREAT informou que o Governo está a investir nos serviços, na criação de uma nova equipa, que se dedicará, em particular, à estruturação do produto turístico.

O Deputado Alonso Miguel manifestou a sua concordância com o reforço de competências da “figura” do delegado de turismo na Terceira.

A Deputada Mónica Rocha também evidenciou a satisfação pela nomeação do delegado de turismo e com o respetivo reforço de competências, tendo perguntado se a ausência de delegado de turismo na Terceira comprometeu o desenvolvimento turístico da ilha.

Em resposta, a SREAT mencionou que a política de atuação no turismo tem tido o devido acompanhamento da tutela, pelo que não considera que o desenvolvimento turístico da Terceira tenha sido comprometido. De qualquer forma, considera que é possível introduzir melhorias e um “*upgrade*” na qualificação das estruturas turísticas na Terceira e em todo o arquipélago.



O Deputado Luis Rendeiro questionou o motivo de, só agora, o Governo nomear o delegado de turismo na Terceira e quais foram os constrangimentos que impossibilitaram esta nomeação mais cedo. O Deputado perguntou ainda como será organizada e coordenada a oferta turística na Terceira.

A SREAT respondeu que a ilha Terceira nunca esteve descurada, porque as funções dos delegados de Turismo colocados em São Miguel e em Lisboa não são geográficas, mas abrangem, por exemplo, competências na organização de todos os postos de turismo na Região, organização dos trilhos na Região e captação de eventos para a RAA.

A SREAT acrescentou que a qualificação do turismo sempre foi uma prioridade para Governo, com particular atenção à formação e à qualificação das estruturas, reconhecendo ainda o atraso na nomeação do delegado do turismo da Terceira, que neste momento é uma necessidade. Referiu, também, as características da ilha Terceira ao nível de produto turístico mais específico, em especial ao nível do património, cultura, história, ambiente e natureza.

O Deputado Luis Rendeiro disse que não concordava com a afirmação da Secretária Regional, quando afirmou que não foi descurado o desenvolvimento do turismo na Terceira, até porque o turismo regista crescimentos negativos na Terceira.

A SREAT voltou a afirmar que a ilha Terceira não foi descurada, pois foi a ilha que mais cresceu nos últimos três anos, com a menor taxa de sazonalidade de todas as ilhas, ainda que este ano haja um decréscimo das dormidas devido à redução da operação de Madrid, cujo concurso público já foi relançado. Informou, também, que a Terceira tem cerca de quatro mil camas, o que representa 30% do total de camas verificadas em São Miguel (quase 13.000 camas), mas ainda assim tem obtido cerca de 2/3 do investimento total em promoção turística associada a operações aéreas, nos últimos anos.

Depois, o Deputado Alonso Miguel realçou que havendo vontade de aprovar o Projeto de Resolução, não faz sentido apresentar argumentação contrária.

Seguidamente, o Deputado Luis Rendeiro reconheceu que o turismo cresceu na Terceira devido ao “boom” da chegada das *low cost*, e perguntou se, com a construção das unidades hoteleiras previstas para a Terceira, não é o momento crítico para a nomeação do delegado.



Por fim, a Secretária Regional fez menção ao crescimento da oferta turística na Terceira, destacando a operação no Inverno com os EUA, a retoma da operação de Madrid, a manutenção da operação da Ryanair, bem como a nova operação no Inverno para o mercado do Canadá.

3º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emite **parecer de abstenção, com reserva de posição para Plenário**, ao presente Projeto de Resolução.

O Grupo Parlamentar do PSD emite **parecer favorável** ao presente Projeto de Resolução.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP emite **parecer favorável** ao presente Projeto de Resolução.

O Grupo Parlamentar do BE emite **parecer de abstenção, com reserva de posição para Plenário**, ao presente Projeto de Resolução.

4º. CAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão Permanente de Economia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD e CDS, e a abstenção com reserva de posição para Plenário do PS e BE, **emitir parecer favorável, com reserva de posição para Plenário**, relativamente ao presente Projeto de Resolução.

Ponta Delgada, 26 de julho de 2019.

O Relator

Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

Bárbara Chaves